



LAEP INVESTMENTS LTD.

Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton, HM 11, Bermuda
CNPJ/MF 08.904.552/0001-36

Em vista do conteúdo do texto veiculado no site Transparência e Governança¹, em 03 de novembro do corrente, referido como 'Caso Milk11', visando proteger seus interesses e de seus acionistas, a LAEP gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos:

1. A Laep Investments Ltd. ("Laep") é uma empresa que se dedica a investimentos em empresas de diversos setores de atividade e em diferentes países, especialmente em companhias em difícil situação financeira (*distressed assets*), razão pela qual é fundamental que interessados tenham consciência dos riscos adicionais inerentes e consequentemente o reflexo destes nas negociações com seus recibos e ações. Há ampla e detalhada descrição dos Fatores de Risco, tanto no prospecto, como no Formulário de Referência – disponíveis nos sites www.cvm.gov.br e www.laep.com.br.

2. Todos os temas apontados em seu texto, bem como diversos outros, são amplamente alertados e dirimidos na Seção de Fatores de Risco. Como exemplo, alerta-se detalhadamente: (i) sobre os riscos adicionais de se investir em empresas em dificuldade, (ii) que empresas em recuperação judicial podem apresentar inconsistências em seus balanços, que podem implicar no atraso de suas divulgações financeiras consolidadas, (iii) para as imprevisibilidades jurídicas, financeiras e econômicas relacionadas ao esforço de recuperação de empresas em situação de dificuldade, (iv) imprevisibilidade do sistema jurídico brasileiro, especialmente na insegurança jurisprudencial para se ratificar o disposto na Nova Lei de Falências e Recuperações. Particularmente quanto ao setor lácteo, ainda alertava para (v) o fato das margens operacionais serem apertadas, e por vezes negativa, (vi) a verificação de guerra de preços e concorrência desleal, e, ainda, (vii) para a possibilidade da competição entre as empresas do setor ser exógenamente alterada pela entrada de recursos de bancos e entidades oficiais em grupos específicos. Com grande destaque, alerta os mencionados documentos oficiais da empresa que a estrutura societária da Companhia confere poderes de gestão exclusivamente às ações classe B, explicando que como se trata da necessidade de se fazer decisões rápidas em ambientes de diversidade, diferente não poderia ser.

3. Portanto, estranho se criticar a estrutura societária, que é absolutamente legal e transparente, que existe desde a fundação da empresa e com ampla divulgação ao mercado. O fato de sermos um emissor estrangeiro, sempre foi de conhecimento público e observou os mais rígidos padrões societários e de governança corporativa. A cidade de Hamilton, Bermudas, abriga diversos grupos econômicos amplamente reconhecidos com atividade igual ou semelhantes à Laep. Além disso, em vista de nossa listagem ocorrer tanto em

¹http://www.transparenciagovernanca.com.br/TG/index.php?option=com_content&view=article&id=138&Itemid=137

Luxemburgo como no Brasil, a Companhia tem que adimplir com toda a legislação de referidas jurisdições, que são reconhecidamente modernas e em diversos aspectos superam o disposto na legislação brasileira.

4. De todo modo, a atividade de aquisição e recuperação de empresas em dificuldades financeiras, sobretudo em recuperação judicial, com passivos expressivos, como a Padma (antiga Parmalat Brasil), impõe dificuldades para a consolidação de suas informações. Além disso, conforme anunciado ao mercado, dois outros fatores foram preponderantes para os atrasos nas apresentações das demonstrações financeiras, (i) a adequação às novas normas contábeis, em conformidade com os padrões internacionais (IFRS), e (ii) a aquisição das operações da BDO no Brasil, auditoria contratada inicialmente, pela KPMG, o que implicou, entre outros problemas, na revisão de todos os trabalhos realizados pelos antigos responsáveis da BDO.

5. Relativamente à comunicação com o mercado em geral, é importante ressaltar que pouquíssimas empresas no Brasil publicaram tantos fatos relevantes e mantiveram contato tão próximo com seus investidores nos últimos anos como a Laep. Diferentemente do afirmado, nunca houve contestação dos órgãos reguladores, exceto dúvidas pontuais de investidores, sempre respondidas a tempo e hora pelo Departamento de Relações com Investidores. Sobre o desencontro de informações veiculadas através de redes sociais e especulações, é importante ressaltar que os meios oficiais de comunicação de uma companhia de capital aberto são, a CVM e o site de relações com investidores da própria Cia. Dessa forma, quaisquer outros meios que não os supracitados, estão sujeitos à manipulação de terceiros com interesses suspeitos. Cabe ao investidor o discernimento de buscar nos meios adequados a informação desejada.

6. A variação ocorrida nos valores de negociação dos BDRs no mercado secundário no Brasil também devem ser analisadas com cuidado. O IPO da Companhia foi dirigido e vendido a investidores sofisticados, , sobretudo importantes *hedge funds* internacionais, com capacidade para compreender os riscos envolvidos. Com o advento da crise financeira de 2008, referidas entidades foram forçadas a se desfazer dos BDRs para atender maciços saques que sofriam, alienando em curto espaço de tempo suas participações, com grave impacto na cotação de bolsa. A partir de então, a base acionária se pulverizou e diversos acionistas têm se beneficiado das variações. Segundo a base de dados da BM&FBovespa nenhum dos acionistas atuais da Companhia adquiriu seus BDRs na oferta pública inicial (IPO) de ações ao preço de lançamento. O grande volume de negociações advém de 'day traders' e investidores de 'penny stocks'. Além disso, como é sabido, a Companhia e seus administradores não são responsáveis pela variação de preço de suas ações, que são negociadas no mercado secundário entre partes privadas e que a formação de preço de um ativo se dá pela dinâmica das forças de oferta e demanda, através de pregão eletrônico.

7. Quando adquirida pela Laep, a Padma Indústria de Alimentos S.A. (atual denominação de Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos) em recuperação judicial, tinha suas atividades industriais praticamente paralisadas, devia para mais de 10 mil credores, com passivos superiores a 2 bilhões, além de autuações fiscais superiores a 12 bilhões. Em 2007, a Laep decidiu recorrer ao mercado de capitais para obtenção de recursos para financiar o plano, então em execução, para a recuperação da recém adquirida Parmalat, captando cerca de 500 milhões de reais junto a investidores qualificados, integralmente investidos na operação.

Mesmo com a crise de crédito e de mercado de capitais de 2008, simultânea à crise do mercado de leite provocado pela guerra de preços resultante da entrada de inesperados recursos de bancos oficiais em certas empresas do setor, a Companhia conseguiu recuperar as operações das empresas investidas no setor lácteo, o que permitiu tornar-se importante acionista da Monticiano S.A./Lácteos Brasil S.A. – LBR. Nesse período de franca adversidade, virtualmente quitou o Plano de Recuperação da Parmalat Brasil e obteve importantes vitórias para a redução dos autos de infração lavrados. Além disso, teve que enfrentar intensas pressões de grupos de interesse, sendo alvo rotineiro de notícias manipuladas. Fundamental para sua sobrevivência e para a continuidade de suas operações, a Companhia lançou um bem sucedido plano de conversão de dívidas em capital, com grande adesão de seus credores. Contou também com capitalização por parte de investidores institucionais estrangeiros para reforço da sua estrutura de capital. Todas as capitalizações foram feitas tomando-se em consideração o valor de cotação em bolsa.

8. É patente que a Companhia tem sido alvo de ataques difamatórios e especulativos. São completamente descabidas as agressões a emissões de ações que serviram tão somente para atender o plano de capitalização ou conversão de dívida em capital, ferramentas lícitas que permitiram a continuidade das operações. Há de se presumir que esses que atacam a Companhia parecem preferir que a mesma não cumpra com suas obrigações para ficar em situação de inadimplência, com as conhecidas conseqüências. Lamentamos que muitos acionistas bem intencionados, acabem manipulados por poucos com interesses suspeitos. A Companhia tem feito tudo o que está ao seu alcance para combater esses movimentos e fazer prevalecer a verdade. Inclusive, em muitos casos, promovendo as medidas judiciais pertinentes.

São Paulo, 18 de novembro de 2011.

Antonio Romildo da Silva
Diretor de Relações com Investidores